

## Coluna do Castello

ANC

## Brasília e suas impossibilidades

Os debates internos na Constituinte, entre os representantes eleitos e os dirigentes sindicais sobre matérias do interesse específico dos trabalhadores, constituem uma novidade na história das constituintes brasileiras e merecem menção especial pelo que traduzem da disposição das diversas correntes políticas de sintonizar os preceitos da futura Constituição com as aspirações populares. É claro que nem tudo o que pleiteiam a CUT, a CGT e os líderes do sindicalismo de resultados terá registro no texto constitucional nos termos postulados. Mas é um sinal dos tempos que tenha havido sensibilidade para esse debate direto e aberto que está muito longe do que a CNBB chamou de "discussões fechadas". As discussões estão abertas mas, como acontece nas democracias representativas e não plebiscitárias, a decisão final é dos representantes eleitos regularmente e não dos grupos de pressão que dão um espetáculo de imaturidade dos seus condutores em cenas como o cerco simbólico do prédio do Congresso.



Nunca temas constitucionais foram tão amplamente debatidos quanto nesta ocasião apesar de se acusarem falhas no processo que tornou extremamente demorada a elaboração da Constituição. A propósito cabe referência mais uma vez à inutilidade dos esforços do presidente Ulysses Guimarães de fazer com que os parlamentares, eventualmente no papel de constituintes, permaneçam na capital da República por período superior a três dias por semana. Somente em raros momentos do chamado "esforço concentrado" se conseguiu atingir esse objetivo, assim mesmo mediante largas férias remuneradas e formalizadas. Ainda agora ele teve de suspender a votação e adiar para a próxima semana o debate de matérias que dividem substancialmente o plenário, como a conceituação e extensão do direito de propriedade.

Ante a ausência de acordo que possibilitasse uma votação final na quinta-feira, a decisão foi transferida oficialmente para segunda-feira. Na realidade, para terça, dia que se inclui no esquema de comparecimento dos parlamentares que não moram em Brasília. Nem o *Centrão*, no qual domina a presença de conservadores, nem a esquerda teriam obtido 280 votos para aprovação de suas emendas e o sr. Ulysses Guimarães, caindo na realidade, prontamente resolveu o problema transferindo-o para a data certa.

Este problema põe-se ao Congresso brasileiro desde a transferência da capital para Brasília e não tem solução à vista. O presidente Juscelino Kubitschek, ao construir a cidade, previu residências para os membros dos três poderes, com alojamentos especiais para ministros dos tribunais superiores, da Câmara, do Senado e para a equipe ministerial. Deputados e senadores logo apropriaram-se das suas residências e muitos num primeiro momento transferiram as famílias para a nova capital. Nos demais poderes a transferência foi lenta, mas na realidade somente o Poder Judiciário se conformou com a idéia de morar e trabalhar na cidade construída para que o fizessem em melhores condições.

Os incentivos para transferência do primeiro escalão dos poderes executivo e legislativo foram crescentes. A casa somaram-se passagens de avião, uso gratuito de telefones, de correios e telégrafos, transporte urbano, etc., muitos deles estendidos ao funcionalismo cujo corpo permanentemente se estratificou na cidade embora carente de órgãos cuja transferência demorará ainda muitos anos, como convém a um Estado pobre como o nosso. Mas à medida que os presidentes da República criavam incentivos para que ministros e deputados e senadores ficassem em Brasília, os próprios se incumbiram de tomar providências para delas sair. Multiplicaram-se as passagens para as diversas capitais acrescidas de passagens-bônus para visitas ao Rio de Janeiro.

A vida do país ao longo desses anos também transformou-se. Melhoraram as condições de vida de quase todas as capitais de Estados e no Rio e São Paulo, cidades bloqueadas por extensas favelas que multiplicam problemas urbanos, melhoria de transportes e comunicações facilitou as viagens às cidades-mães dos representantes do povo. Hoje as duas grandes metrópoles são pontos de referências para visita semanal às bases municipais ou para recreios nos seus arredores. Em Brasília a cidade teve deterioradas muitas das suas condições de conforto e habitabilidade e hoje decresceu o número de ministros e parlamentares que se conformam em passar na capital mais de dois ou três dias.

A Constituinte, eletrônica, irá cumprir seu papel, debatendo e votando a Constituição, mas certamente entre terças e quintas-feiras. Jamais aos sábados e domingos, como chegou a imaginar o sr. Ulysses Guimarães. Esse quadro parece irreversível por muitos anos e corresponde ao desejo das populações das grandes cidades que jamais assimilaram a idéia de uma Brasília como fonte de poder e de formação da opinião pública.

Carlos Castello Branco